



# SENADO FEDERAL

## PARECER (SF) Nº 118, DE 2020

Da COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1030, de 2019, do Senador Arolde de Oliveira, que Informações ao Ministro de Estado da Economia.

**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre

**RELATOR:** Senador Sérgio Petecão

12 de Fevereiro de 2020



## **PARECER Nº      , DE 2019**

Da MESA, sobre o Requerimento nº 1030, de 2019, do Senador Arolde de Oliveira, que solicita informações sobre a estimativa do impacto orçamentário e financeiro da Proposta de Emenda à Constituição nº 76, de 2019, incluindo memória de cálculo detalhada para os anos de 2020, 2021 e 2022.

Relator *ad hoc*: Senador Sérgio Petecão

### **I – RELATÓRIO**

Por meio do Requerimento nº 1030, de 2019, o Senador Arolde de Oliveira solicita, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal (CF) e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Economia, informações sobre a estimativa do impacto orçamentário e financeiro da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 76, de 2019, que acrescenta as polícias científicas ao rol dos órgãos de segurança pública, incluindo memória de cálculo detalhada para os anos de 2020, 2021 e 2022.

Na justificção, o autor afirma que não existe base de dados acessível aos servidores do Senado Federal que lhes permita calcular o impacto financeiro e orçamentário da PEC em bases seguras, tendo em vista o equilíbrio fiscal, e que apenas o Ministério da Economia possui os dados detalhados que permitem obter uma estimativa precisa.

### **II – ANÁLISE**

O § 2º do art. 50 da CF faculta às mesas de ambas as casas do Congresso Nacional o envio de pedidos escritos de informações a ministros de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

De acordo com o inciso primeiro do art. 216 do RISF, os requerimentos de informação serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado.

Conforme o art. 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação de requerimento de informação, este não poderá conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido, nem pedidos referentes a mais de um Ministério.

O Requerimento nº 1030, de 2019, obedece a todos esses dispositivos.

### **III – VOTO**

Em face do exposto, opino pela **aprovação** do Requerimento nº 1030, de 2019.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

**1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DIRETORA DO  
SENADO FEDERAL - 2020**

**12 de FEVEREIRO de 2020, às 09hs**

<b>Senador Davi Alcolumbre</b> Presidente	
<b>Senador Antonio Anastasia</b> 1º Vice-Presidente	
<b>Senador Lasier Martins</b> 2º Vice-Presidente	
<b>Senador Sérgio Petecão</b> 1º Secretário	
<b>Senador Eduardo Gomes</b> 2º Secretário	
<b>Senador Flávio Bolsonaro</b> 3º Secretário	
<b>Senador Luis Carlos Heinze</b> 4ª Secretário	
<b>Senador Marcos do Val</b> 1º Suplente de Secretário	
<b>Senador Weverton</b> 2º Suplente de Secretário	
<b>Senador Jaques Wagner</b> 3º Suplente de Secretário	
<b>Senador Leila Barros</b> 4º Suplente de Secretário	

## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(RQS 1030/2019)**

EM SUA 1ª REUNIÃO, NO DIA 12.02.2020, A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL DEFERIU O PRESENTE REQUERIMENTO, NOS TERMOS DO RELATÓRIO.

12 de Fevereiro de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Comissão Diretora do Senado Federal